

Biblioteca pública e formação leitora na primeira infância: um estudo de caso do município de Alfenas-MG

Public library and early childhood reading development: a case study of the municipality of Alfenas, Minas Gerais

Júlia Aparecida Dias Ramos

Graduanda em licenciatura em Letras e Literaturas da Língua Portuguesa na UNIFAL-MG. Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).
Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-9483-8104>.
Email: julia.ramos@sou.unifal-mg.edu.br.

Júlia Aparecida Dias Ramos
Universidade Federal de Alfenas

Flaviane Faria Carvalho
Universidade Federal de Alfenas

Flaviane Faria Carvalho

Doutora em Linguística pela Universidade de Lisboa. Professora da UNIFAL-MG. Membro do Grupo de Estudos em Multiletramentos, Leitura e Textos (GEMULTE/UFES).
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0663-670X>. E-mail: flaviane.carvalho@unifal-mg.edu.br.

Resumo

A circulação do livro deve ser garantida como um direito, permitindo que todas as crianças desenvolvam bases linguísticas e cognitivas que fortaleçam sua relação com o mundo e consigo mesmas. Nesse processo, a literatura infantil constitui uma aliada essencial, capaz de favorecer a imaginação, a compreensão de emoções e a formação autônoma. Reconhecendo o papel imprescindível das bibliotecas públicas na integração das crianças com os livros, este trabalho tem como objetivo descrever e analisar a Biblioteca Pública Dr. João Januário de Magalhães no município de Alfenas-MG, verificando seu funcionamento em termos de acervo e estratégias de promoção da leitura, especialmente para o público infantil. Para tanto, a fundamentação teórica apoia-se em autores pertencentes aos campos dos Estudos Literários (Cândido, 2011), Letras (Farias; Fedatto, 2022) e Pedagogia (Perrotti, Pieruccini e Carnellosso, 2016). Os resultados apontam para fragilidades estruturais, ausência de recursos inclusivos e descontinuidade nas ações de mediação literária. Conclui-se, assim, que são necessárias políticas públicas locais mais efetivas para garantir o acesso pleno à leitura na primeira infância.

Submetido em: 23/10/2025
Aceito em: 16/12/2025
Publicado: 31/03/2025

e-Location: 20177



ISSN: 2317-9945 (On-line)
ISSN: 0103-6858 (Impressa)

Palavras-chave: biblioteca pública; primeira infância; literatura infantil.

Abstract

The circulation of books must be guaranteed as a right,

enabling all children to develop linguistic and cognitive foundations that strengthen their relationship with the world and with themselves. In this process, children's literature plays a key role, fostering imagination, emotional understanding, and autonomous development. Recognizing the essential role of public libraries in integrating children with books, this study aims to map, describe, and analyze libraries and/or public spaces in the municipality of Alfenas-MG, examining their functioning in terms of collections and strategies for promoting reading, especially for children. To this end, the theoretical foundation is based on authors belonging to the fields of Literary Studies (Cândido, 2011), Letters (Farias; Fedatto, 2022) and Pedagogy (Perrotti, Pieruccini e Carnelosso, 2016). The results point to structural weaknesses, lack of inclusive resources and discontinuity in literary mediation actions. Therefore, it is concluded that more effective local public policies are needed to ensure full access to reading in early childhood.

Keywords: public library; early childhood; children's literature.

INTRODUÇÃO

De 2015 a 2020, o Brasil perdeu 764 bibliotecas públicas, passando de 6057 para 5293, segundo dados do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP). As perdas se concentram nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Paralelamente, o número de municípios com bibliotecas públicas também caiu. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2014, 97,7% das cidades brasileiras tinham bibliotecas públicas. Em 2018, o percentual reduziu para 87,7%, conforme aponta a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic)¹.

Na obra *O que é biblioteca*, Luis Milanesi (1983) nos ensina que a educação, a pesquisa e o controle das informações são peças fundamentais para o processo de desenvolvimento de uma nação. No entanto, a simples presença desses espaços não garante, por si só, o exercício pleno do direito à leitura e à cidadania, já que, na maior parte das bibliotecas públicas, prevalecem acervos precários e desorganizados. Esse mesmo autor aponta como um dos motivos dessa triste realidade o fato de que "as políticas públicas de cultura, setor onde quase sempre se alojam as bibliotecas, nunca deram prioridade à contratação de recursos humanos próprios à administração

1 Fonte: Agência Porvir, disponível em: https://porvir.org/brasil-fechou-quase-800-bibliotecas-publicas/?utm_campaign=shareaholic&utm_medium=copy_link&utm_source=bookmark. Acesso em: 3 dez. 2025.

de bibliotecas públicas” (Milanesi, 2013, p. 63), tampouco a ações específicas voltadas para crianças (potencialmente) leitoras. Afinal de contas, o investimento em políticas públicas de caráter educativo e cultural para a primeira infância é uma das medidas mais eficazes para combater a desigualdade social, reduzir a pobreza e se tornar um país desenvolvido.

Se, por um lado, a primeira infância – fase compreendida entre zero e seis anos de idade, marcada por intensas experiências cognitivas e simbólicas – se apresenta como um terreno fértil de oportunidades de desenvolvimento, essa etapa também se configura como uma fase de máxima vulnerabilidade, razão pela qual merece especial atenção e proteção.

Sob essa perspectiva, este trabalho parte da premissa de que o acesso ao livro na primeira infância é um direito fundamental, conforme defende Candido (2011), e que deve ser garantido tanto por políticas públicas quanto pelas instituições responsáveis por sua mediação — entre elas, as bibliotecas. Afinal, o ato de ler para uma criança oferta repertórios que as incitam a indagar o mundo, desvendando-o e reorganizando-o a todo instante.

Contudo, observa-se muitos desafios enfrentados por esse segmento, tais como a ausência de espaços acolhedores, a fragilidade na formação dos profissionais, a descontinuidade das ações de incentivo à leitura e a falta de acessibilidade para crianças com deficiência, revelando, assim, um cenário problemático. Farias (2022) alerta que, para além da gratuidade e da abertura das bibliotecas, é preciso que o espaço físico seja pensado para as crianças: com estantes acessíveis, mobiliário apropriado, acervo diversificado e, sobretudo, acolhimento — tanto das crianças quanto dos adultos que as acompanham.

Ao reconhecer a complexidade da primeira infância e a diversidade de suas expressões, os gestores de bibliotecas públicas precisam repensar suas práticas, funções e organização, superando o modelo tradicional centrado apenas no armazenamento de livros. Como defendem Perrotti, Pieruccini e Carnellosso (2016), os espaços de leitura devem ser significativos para as crianças e para a comunidade que os frequenta, promovendo experiências mobilizadoras e vínculos afetivos com a

leitura. Do contrário, correm o risco de tornarem-se irrelevantes, conforme suscita a desativação das quase 800 bibliotecas mencionadas acima.

Tomando como ponto de partida tais discussões, a presente pesquisa visa contribuir para o planejamento de políticas públicas locais e modelos de atuação em contextos de bibliotecas similares, por meio da investigação das condições físicas, qualificação dos recursos humanos, acessibilidade, ambientação, organização do acervo e práticas pedagógicas de incentivo à leitura voltados para a primeira infância na Biblioteca Pública Dr. João Januário de Magalhães no município de Alfenas (MG).

Este artigo organiza-se em três grandes eixos. Inicialmente, apresenta-se o enquadramento teórico que fundamenta a pesquisa, contemplando concepções de infância, literatura infantil como direito da criança e o papel da biblioteca pública na formação leitora. Em seguida, descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados, bem como os critérios de seleção e caracterização do *corpus*, enfatizando a abordagem qualitativa e o estudo de caso realizado. Por fim, são analisados os dados obtidos a partir das observações e do formulário aplicado, discutindo-se os elementos estruturais e organizacionais que constituem o funcionamento da instituição e suas implicações para a formação leitora na primeira infância, culminando nas considerações finais da investigação.

ENQUADRE TEÓRICO

Infância, leitura e literatura

A compreensão que temos hoje do conceito de infância passou por muitas transformações ao longo da história. Philippe Áries (1981) nos conta que, na Idade Média, as crianças eram percebidas como adultos em miniatura, sem qualquer tipo de tratamento diferenciado ou particularidade, sendo vestidas e expostas aos mesmos costumes dos adultos. Para este autor, a relação criança/infância foi sofrendo alterações com a difusão de novos pensamentos e condutas da Igreja Católica, que elegeu como sagrados o matrimônio e o ato de procriar.

A partir de então, o sentimento de infância desenvolveu-se paralelamente ao sentimento de família, manifestando-se por meio de intimidade e diálogo familiar,

voltando-se assim para a criança, que deve ser amada e educada – o que impulsionou o surgimento da instituição escolar (Áries, 1981). Nesse contexto, a criança passa a ser reconhecida como um indivíduo social, com determinadas peculiaridades, dotada de um mundo próprio, que leva em conta também suas condições socioculturais. A literatura infantil emerge, inclusive, da injunção desses pilares – família e escola –, que sustentaram a constituição da infância como uma categoria social. Aliando esses dois pilares, passou-se a ter um caminho de moralização e ensino, lugar fértil para instruir as crianças e as divertir (Corsino, 2017, p. 214).

Na contemporaneidade, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define a primeira infância como os seis primeiros anos completos de vida da criança. Esse período é marcado por processos de desenvolvimento que são influenciados pelo espaço no qual a criança está inserida e pelos estímulos que recebe. Nesse sentido, é necessário buscar condições para que elas se desenvolvam a partir do acesso a espaços de cultura e educação de qualidade. O investimento em melhores condições socioeconômicas e culturais na primeira infância, portanto, possibilita a formação de adultos mais estáveis, completos e produtivos, agregando-se positivamente nas bases da sociedade. Sobre essa questão, o Plano Nacional pela Primeira Infância (2020) destaca:

Já não há mais dúvida de que investir na infância, garantindo a todas as crianças condições dignas de vida e equidade social, gera ganhos sociais e econômicos superiores aos produzidos por quaisquer outros investimentos, além de sedimentar as bases de uma sociedade democrática. No entanto, para as crianças, mais importante do que preparar o futuro é viver o presente. Elas precisam viver agora e na forma mais justa, plena e feliz (Plano Nacional pela Primeira Infância, 2020, p. 12).

Nessa seara, Young (2010) pontua que, para preparar a criança para o mundo, não basta apenas a educação por parte de pais e mães, é preciso haver oferta de educação por parte das autoridades que devem implantar ações para que isso aconteça. Nesse ínterim, a primeira infância é considerada um período crucial no desenvolvimento dos sujeitos, devido ao desenvolvimento de estruturas e circuitos

cerebrais, bem como à aquisição de capacidades fundamentais que podem permitir o aprimoramento de habilidades futuras, inclusive mais complexas (Albrecht; Simão, 2021, p. 4). Em consonância com as autoras, Lima (2017) argumenta:

O cérebro dos bebês tem um número infinitamente maior de neurônios do que o cérebro do adulto, e é sabida a importância das conexões estabelecidas na infância para a vida jovem e adulta do sujeito. É importante ressaltar novamente a relevância dos estímulos para as alterações do cérebro, que se desenvolve mediante uma complexa interação entre genética e experiências ofertadas ao infante (Lima, 2017, p. 57).

Dessa maneira, fica claro que essa é a etapa ideal para propormos experiências que contribuam com o crescimento saudável das crianças, e o contato com a leitura e os livros é justamente uma delas. Disponibilizar livros e incentivar a leitura é contribuir para a efetivação de direitos, promovendo e apostando nas inúmeras capacidades da criança – o que consiste em um tipo de política pública de suma importância para o funcionamento de uma micropolítica da infância, conforme esclarece Lima (2017):

Por que ler para crianças tão pequenas? Porque a leitura e a literatura também são direitos. Há, obviamente, uma macropolítica da infância. A dos espaços molares, como denomina Kohan: as políticas públicas, os estatutos, os parâmetros curriculares da educação infantil, as escolas, os conselhos tutelares etc. Mas há também uma micropolítica da infância, a dos movimentos moleculares, e ler para uma criança é agir nesse campo. Ler para uma criança é resistir, é promover, é romper, é apostar no que pode uma criança (Lima, 2017, p. 56).

Além do exposto, Parra (2011) afirma que a leitura é importante na primeira infância porque está ligada à faculdade da linguagem, ao estimular o desenvolvimento contínuo da competência linguística de bebês e crianças e fortalecer-lhes a estrutura psíquica. Assim, a literatura infantil é uma importante aliada do processo educativo, cultural e social de crianças de 0 a 6 anos, que deve ser ofertada em forma de políticas públicas e em espaços de qualidade que possibilitem a integração das crianças com os livros e a leitura.

Portanto, a literatura voltada para a primeira infância, sob a ótica dos novos paradigmas de infância e literatura, configura-se como “um espaço de formação e liberdade, de conhecimento de si, do outro e do mundo, de deslocamentos e ampliações, de sensibilidade e humanização” (Corsino, 2017, p. 229). É nesse movimento que a existência ganha mais sentido e concretude.

Literatura infantil como direito da criança

Candido (2011, p. 176) considera a literatura como “todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura”. O autor complementa afirmando que a literatura funciona como uma manifestação universal e que não há homem que “possa viver sem ela ou sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação” (p. 176). Nesse sentido, a literatura pode ser considerada como uma necessidade coletiva e universal, sendo, portanto, considerada como um direito humano:

Ora, se ninguém pode passar vinte e quatro horas sem mergulhar no universo da ficção e da poesia, a literatura concebida no sentido amplo a que me referi parece corresponder a uma necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito (Candido, 2011, p. 177).

A partir das considerações de Antonio Candido, faz-se necessário discutir a relevância da literatura constitutiva de um direito da criança. Essa compreensão consiste em atribuir importância e valor à capacidade humana de narrar, imaginar e criar, exigindo uma luta permanente pelo acesso a esse direito. Além disso, é possível afirmar, a partir das considerações de Candido (2011, p. 177), que o contato com a leitura e a escrita possibilita a integração e o acesso a diversos espaços importantes na sociedade, assim como a ascensão social e econômica. Isso significa que a participação da criança na cultura escrita pressupõe o acesso a um lugar de poder.

De uma perspectiva formativa, pode-se inferir, ainda, que os livros ajudam a “compreender quem somos, o espaço, o tempo e as relações que vivemos. Desde a

primeira infância, somos convocados a ordenar e a significar o mundo, a nos perceber em nossa historicidade” (Farias; Fernandes, 2019, p. 23).

É com base nesses princípios que a próxima seção discorre sobre biblioteca para a infância.

O papel da biblioteca pública na promoção da leitura à primeira infância

A biblioteca pública é conceituada pelo manifesto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, 1994) como um “centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros”. Por essa razão, tais instituições abrigam grande responsabilidade social, cultural e política (Amorim; Almeida; Castro, 2014, p. 2), já que as bibliotecas constituem um espaço de disponibilização de documentos, preservação da memória local, apoio a pesquisas de caráter escolar e realização de atividades que promovem a leitura e a informação à população. Sobre a relevância da biblioteca pública para a sociedade, Milanesi (1986 *apud* Brettas, 2010) ressalta:

Uma biblioteca pública é um centro de informações atuando permanentemente, atendendo à demanda da população, estimulando o processo contínuo de descobrimento e produção de novas obras, “organizando a informação para que todo ser humano possa usufruí-la” (Milanesi, 1986 *apud* Brettas, 2010, p. 108).

Preservar e garantir o funcionamento das bibliotecas públicas consiste, pois, num trabalho frequente que deve permitir acompanhar a evolução e as transformações ocorridas na sociedade contemporânea. Nessa mesma direção, Amorim, Almeida e Castro (2014, p. 3) argumentam que as exigências sociais e culturais têm se diversificado com grande velocidade – sobretudo por conta dos avanços tecnológicos e dos meios de comunicação, que demandam uma concepção de biblioteca como um espaço que ultrapassa as funções de extensão escolar. Em vista disso, esperam-se novas posturas por parte dos gestores das bibliotecas, os quais, conforme os autores, devem propor ações para além dos serviços básicos de

preservação e disponibilização de livros, buscando novas práticas que mobilizem a sociedade, em especial com foco na formação de leitores.

A partir dessa perspectiva, é possível estabelecer relações entre a biblioteca pública e o seu considerável papel na construção da capacidade leitora na primeira infância. Nesse sentido, pensando nas transformações ocorridas na sociedade contemporânea, a diversidade da infância compreende um importante marco na construção da literatura infantil, exigindo novos modos de se pensar os livros, as atividades e os espaços de leitura oferecidos para crianças.

A propósito, Farias (2022, p. 94) destaca que “a compreensão da diversidade da infância traz em si desdobramentos e sustentação para toda a ação bibliotecária.” A autora afirma ainda que, a respeito do acervo bibliográfico e do espaço físico da biblioteca, a acessibilidade é uma das principais questões a ser trabalhada, possibilitando a livre circulação e o contato direto das crianças com os livros:

Assim como a constituição do acervo bibliográfico, o espaço físico da biblioteca é algo a ser observado com atenção. Para que os bons livros estejam disponíveis para as crianças, para além das portas abertas e da gratuidade dos serviços bibliotecários, é necessário que o espaço físico da biblioteca seja o mais acessível possível para os pequenos leitores, que devem poder circular pelas estantes e encontrar um jeito confortável para se acomodar e folhear os exemplares escolhidos, incluindo, claro, a existência de infraestrutura que permita seus cuidados: banheiros adequados, fraldário, mobiliário seguro e acolhedor, dentre outros aspectos. Isso implica, naturalmente, o acolhimento dos adultos que acompanham as crianças, que não costumam estar sozinhas em espaços públicos. Em estruturas simples ou sofisticadas, com recursos menos ou mais confortáveis, o importante é que as pessoas se sintam bem-vindas, seguras e à vontade para explorar o espaço e as estantes, com os cuidados específicos que cada faixa etária, no caso das crianças, exige (Farias, 2022, p. 95).

Nesse sentido, viabilizar o acesso de crianças às bibliotecas, assim como otimizar, significar e tornar ativo o espaço para esse público, compreende um ato importante para o impulsionamento de novos leitores. A respeito disso, Perrotti, Pieruccini e Carnellosso (2016) defendem que:

Grandes ou pequenos, fixos ou móveis, a primeira condição que se exige dos espaços de leitura é que, além de presentes, sejam significativos para as crianças e o meio em que se inserem. Eles necessitam viabilizar experiências mobilizadoras, vínculos vivos com as diferentes faixas de idade que atendem, dos bebês à comunidade envolvida na educação das crianças; necessitam ser significativos para crianças e adultos que neles convivem. Estações de Leitura são espaços que têm, portanto, existência física e simbólica viva na realidade da criança. E sua organização tem papel relevante nessa esfera tão fundamental (Perrotti; Pieruccini; Carnelosso, 2016, p. 120).

Espaços de leitura, quando bem-organizados e acessíveis, possibilitam trocas de experiências e simbolizam sentimentos confortantes para crianças que os frequentam e deles usufruem. Assim sendo, trabalhar ativamente para que esses espaços funcionem e mobilizem inúmeras realidades constitui um dever indispensável, como sublinha Lima (2017):

E é por isso que cada biblioteca comunitária, cada biblioteca pública, cada biblioteca de escola pública existe e deve existir. Assim como as políticas públicas e os planos de livro, leitura, literatura e bibliotecas. E todas as iniciativas de promoção de acesso à leitura na primeira infância, na segunda, na terceira... (Lima, 2017, p. 60).

Em suma, é possível constatar que a biblioteca, especialmente a de natureza pública, comunitária ou escolar, estabelece um importante compromisso com a sociedade quando oferece espaço e material de qualidade para o enriquecimento social, cultural e histórico à primeira infância. Diante disso, impulsionar diferentes recursos, projetos e ações que, além de acompanharem a evolução tecnológica da sociedade, mobilizam acessibilidade, atividades diversas e conforto, contribui efetivamente para a formação de pequenos leitores.

METODOLOGIA, SELEÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO *CORPUS*

Este estudo adota a abordagem qualitativa, já que seu foco está centrado na obtenção de dados descritivos a partir do contato direto e interativo do pesquisador com a situação e/ou objeto de estudo, conforme Neves (1996). E entre as principais

características dessa abordagem, é possível assinalar: a) o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; b) o caráter descritivo; e c) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida, como a preocupação do investigador Godoy (1995, p. 62). Ao utilizar essa metodologia, fez-se necessário recorrer a algumas técnicas, como a pesquisa bibliográfica, que tem por finalidade “colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto” (Marconi; Lakatos, 1982, p. 57).

O levantamento se pautou no quadro teórico das pesquisas com enfoque na relação entre Leitura, Literatura Infantil e Biblioteca Pública e, além disso, fichamentos foram realizados com o objetivo de sintetizar os conceitos e discussões dos principais autores que abordam o tema em questão. A coleta dos dados foi feita por meio da observação individual, por meio da qual “a personalidade do pesquisador se projeta sobre o observado, fazendo algumas inferências ou distorções, pela limitada possibilidade de controles. Por outro lado, pode intensificar a objetividade de suas informações, indicando, ao anotar os dados, quais são os eventos reais e quais são as interpretações” (Marconi; Lakatos, 1982, p. 68).

Para auxiliar na observação individual, o formulário, caracterizado como “o contato face a face entre pesquisador e informante e ser o roteiro de perguntas preenchido pelo entrevistador” (Marconi; Lakatos, 1982, p. 86), foi um norteador para que o levantamento das informações acerca do espaço e acervo disponíveis na biblioteca pública do município fosse efetivado, sendo realizado exclusivamente por meio de diálogos presenciais com funcionários da biblioteca no momento das visitas. Por fim, foi feita a descrição, análise e discussão das informações levantadas, tendo em vista a função social, política, educativa e cultural das bibliotecas públicas na sociedade.

Para a presente pesquisa, o *corpus* foi definido a partir do estudo de caso de uma instituição pública de leitura: a Biblioteca Pública Municipal Dr. João Januário de Magalhães, localizada na cidade de Alfenas, no sul de Minas Gerais. A escolha dessa unidade de análise se deu por razões de relevância, acessibilidade e representatividade em relação ao objetivo geral da investigação, focando nas

condições do seu funcionamento em termos de acervo e estratégias de promoção da leitura, especialmente para o público infantil.

Figura 1 - Vista externa da Biblioteca Pública Municipal Dr. João Januário de Magalhães em Alfenas-MG



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

A Figura 1 apresenta a fachada da Biblioteca Pública Municipal Dr. João Januário de Magalhães, situada em um ponto central da cidade. Observa-se um edifício térreo, com portas de vidro, janelas amplas, algumas folhagens e corrimãos. Não é possível visualizar, por exemplo, a disposição interna dos ambientes, a circulação de usuários e a localização de outras instituições próximas, como a Câmara Municipal, o Teatro Municipal e a Prefeitura.

A seleção desta biblioteca considerou os seguintes critérios, a saber: 1) ser a única biblioteca pública da cidade; 2) estar localizada em região central, com grande circulação de pessoas; 3) ser referência para escolas públicas e particulares do município; 4) possuir espaço e acervo destinados ao público infantil; 5) ter funcionamento regular e acessível à comunidade.

Conforme descrito, a biblioteca está situada ao lado de importantes equipamentos culturais e administrativos da cidade, como o Teatro Municipal, a Câmara Municipal e a Prefeitura. Isso confere ao espaço uma centralidade urbana estratégica. Além disso, trata-se de uma biblioteca cadastrada no Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) e no portal da Biblioteca Pública Estadual de Minas

Gerais, o que indica articulação com políticas públicas de cultura e leitura em âmbito estadual e nacional.

Durante as visitas ao local, foram consideradas variáveis como: funcionamento da biblioteca, formação da equipe, estrutura física, acessibilidade, organização do acervo infantil, ações de incentivo à leitura, vínculo com as famílias e apoio institucional. O formulário complementou as observações, permitindo o acesso a dados quantitativos (como o número de livros disponíveis para o público infantil) e informações sobre os procedimentos internos da biblioteca.

Com base nesse levantamento, foi possível reunir um conjunto significativo de dados qualitativos que compõem o *corpus* da análise, os quais foram organizados em categorias descritivas e posteriormente interpretadas à luz do referencial teórico. A biblioteca, nesse sentido, é entendida como um território simbólico, onde se articulam práticas de leitura, acolhimento e políticas públicas — ou a ausência delas — que impactam diretamente o direito à literatura na primeira infância.

ANÁLISE DOS DADOS

Para fins de sistematização das análises, foi elaborado um quadro (ver Quadro 1) com o propósito de explicitar as informações levantadas a partir do formulário e das observações realizadas, conforme pode ser visto abaixo:

Quadro 1 - Dados obtidos a partir do formulário aplicado e da observação individual na/da biblioteca

Categoria	Informações levantadas
Acessibilidade física	Possui rampas e corredores largos. Não possui piso tátil.
Ações de incentivo à leitura	Eventuais, em datas comemorativas e visitas escolares guiadas.
Ampliação do acervo	Por doações e multas por atraso. Não há investimento da Secretaria de Educação.
Atendimento a PcD	Sim, mas sem preparação técnica ou funcionário especializado. A equipe se prontifica a promover um atendimento acolhedor
Atuação da Secretaria de Educação	Não participa da manutenção do acervo.

Capacitação dos funcionários em leitura na primeira infância	Não há capacitação específica recente para esse público.
Conforto no espaço infantil	Tatames guardados; não há almofadas ou puffes no espaço.
Coordenador(a)	Possui ensino superior em Biblioteconomia.
Diversidade de gêneros	Sim. Inclui fábulas, folclore, poesia, contos, livros sensoriais etc.
Empréstimo domiciliar	Sim, mediante cadastro.
Espaço infantil	Existe, mas é reduzido, pouco acolhedor e pouco ambientado.
Estado de conservação do acervo	Nota 4 (em escala de 1 a 6). Alguns novos, muitos exemplares com marcas do tempo.
Estantes e acesso aos livros	Estantes baixas com livros acessíveis. Alguns livros exigem auxílio de um adulto para pegar pois estão em estantes mais altas.
Formação dos demais funcionários	Todos com curso superior: Pedagogia e Letras. Um cursando Biblioteconomia.
Funcionamento nas férias	Sim, com horário reduzido (6 horas diárias) em janeiro.
Horário de funcionamento	Segunda a sexta-feira, das 8h às 20h.
Iluminação e ventilação	Boas. Iluminação elétrica constante e ventilador disponível.
Infraestrutura	Possui banheiros limpos e bebedouro.
Limpeza e organização	Boas. Limpeza e organização diária realizadas por funcionários.
Localização	Centro da cidade, ao lado de escola, teatro, prefeitura e câmara municipal.
Mobiliário infantil	Duas mesas e quatro cadeiras pequenas disponíveis.
Monitores de leitura	Não há. Funcionários auxiliam de forma espontânea.
Nome da Biblioteca	Biblioteca Pública Municipal Dr. João Januário de Magalhães
Observações gerais	Espaço infantil e neutro, pouco acolhedor, com livros diversos e estrutura mínima.

Organização das estantes	Por autor, assunto, cor e temas como religião, clássicos, coleções.
Público-alvo principal	Estudantes das escolas da cidade. Algumas crianças realizam empréstimos.
Quantidade de livros infantis	6.411 exemplares, sem classificação na planilha.
Recursos inclusivos	Especificamente no acervo literário infantil não. Existem esses materiais no acervo geral da biblioteca.
Vínculo com famílias	Bilhete-convite entregue às famílias durante visitas escolares.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

O Quadro 1, elaborado pelas autoras, apresenta um conjunto de 29 critérios utilizados para sistematizar as informações levantadas durante o trabalho de campo. A estrutura do quadro é organizada em duas colunas: na coluna da esquerda, encontram-se as categorias analíticas definidas previamente, que funcionam como eixos de observação. Já a coluna da direita reúne as informações descritivas correspondentes a cada categoria, registradas a partir das notas de campo, da observação individual realizada durante as visitas à biblioteca e dos dados obtidos por meio do formulário aplicado, presencialmente, aos funcionários da instituição. A partir dessa sistematização, foi possível identificar avanços e fragilidades que interferem diretamente na efetivação do direito à literatura na primeira infância. A seguir, discutem-se os principais aspectos observados, articulando-os aos pressupostos teóricos que sustentam este trabalho.

Em relação ao funcionamento da biblioteca, constata-se que o espaço opera de forma contínua ao longo da semana, incluindo o período noturno e as férias escolares, embora, neste último caso, com horário reduzido. Essa disponibilidade revela um compromisso institucional com o acesso ao livro. No entanto, a frequência reduzida de ações voltadas especificamente à primeira infância mostra que o funcionamento ampliado não é acompanhado de um planejamento sistemático de atividades para esse público.

A equipe da biblioteca é composta por funcionários prestativos, competentes com o trabalho realizado e com formação acadêmica compatível com a atuação

bibliotecária (Biblioteconomia, Pedagogia e Letras). Apesar disso, destaca-se que nenhum deles recebeu capacitação específica relacionada à leitura para a primeira infância, o que reflete uma lacuna importante. Como argumenta Lima (2017), ler para uma criança é “apostar no que pode uma criança”, sendo a mediação um ato político, afetivo e formativo.

Quanto ao espaço físico, foi identificado um ambiente funcional, com boa iluminação e ventilação, mas com estrutura reduzida e pouco atrativa para crianças pequenas. Tatames só são disponibilizados em eventos e não há existência de pufes ou almofadas para um melhor conforto. A ambientação é neutra, pouco lúdica, o que contraria o que propõe Farias (2022), ao defender que o espaço da biblioteca deve ser acessível, confortável e sensível à presença da criança, inclusive com mobiliário, fraldários e estantes apropriadas.

Figura 2 - Espaço interno destinado à literatura infantil: estantes e mesas infantis



Fonte: Arquivo Pessoal (2025).

Na Figura 2, vê-se um ambiente interno com duas estantes de cerca de dois metros de altura, além de duas mesas pequenas acompanhadas de quatro cadeiras cada, um ventilador e uma câmera do lado direito. Na foto, não é possível visualizar o restante da sala, como as outras estantes, janelas, tomadas, ou mesmo a distância entre esse espaço e o restante da biblioteca.

No que diz respeito à acessibilidade, a biblioteca tem rampa e corredores largos, mas carece de recursos inclusivos no acervo infantil, como livros em braile, com texturas ou audiodescrição – o que sugere uma limitação na compreensão da importância de haver esses materiais para crianças que necessitam. Além disso, os funcionários não apresentam formação específica para o atendimento de crianças com deficiência, ainda que se mostrem acolhedores. A ausência de uma política institucional clara de inclusão representa um obstáculo significativo, conforme alertam Lima (2017) e a Unesco (1994), que definem a biblioteca pública como espaço democrático e universal.

Figura 3 - Organização dos livros por cores e temas nas estantes principais



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

A Figura 3 mostra uma estante de cerca de dois metros de altura com enfoque nos livros dispostos nas prateleiras mais altas, nas quais a disposição varia entre frontal e lateral. Contudo, não se vê o entorno da estante. A foto também não revela o estado dos exemplares e, por conta da distância do registro, não revela a classificação dos títulos dispostos nas prateleiras.

O acervo infantil, com cerca de 6.411 exemplares, é numericamente expressivo e inclui uma diversidade de gêneros literários (contos de fadas, poesias, fábulas, folclore, livros sensoriais² etc.), o que é um ponto positivo. No entanto, o estado de conservação é desigual e não há uma sistematização clara na organização da planilha de controle (sem distinção por gênero, data ou editora). Como aponta Paiva (2016), a democratização da leitura não se restringe à presença dos livros, mas à forma como eles são organizados, acessados e mediados por profissionais preparados.

Figura 4 - Exemplar do acervo infantil em estantes baixas e livros cartonados



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

2 Segundo Donegá, Victoria e Mesquita (2024, p. 4), o livro sensorial pode ser descrito como um material estruturado feito de tecido, feltro ou Etil Vinil Acetato (EVA). Devido ao caráter artesanal e ao público-alvo, utiliza costuras e colagens com as quais o bebê ou a criança pequena possa interagir manualmente. Este material, que também pode ser encontrado algumas vezes pelas expressões *quiet book* ou *busy book*, é assim nomeado por constituir-se como um artefato que se assemelha ao livro convencional: capa, páginas e personagens, mas produzido com materiais que exploram o sentido tátil e visual através de materiais com texturas, cores e formas.

A Figura 4 exibe uma prateleira em altura reduzida com uma etiqueta que classifica os dois livros de pano guardados em sacos plásticos e um cartonado como “cartonados”. A disposição dos livros é frontal. Ao fundo, percebe-se parte da estrutura da estante e alguns títulos distribuídos e suas classificações. Contudo, alguns elementos não aparecem na imagem: não é possível observar as outras prateleiras com suas classificações por gêneros ou temas. Também não se vê o entorno da estante — por exemplo, a proximidade de janelas e mesas.

Em termos de ações de incentivo à leitura, foi identificado que elas ocorrem de forma esporádica, ligadas a eventos pontuais, como feiras do livro ou visitas escolares. Tais ações não fazem parte de uma rotina consolidada da biblioteca, o que compromete sua função como espaço formador de leitores. Para Lima (2017), a leitura precisa ser cotidiana, integrada à vida da criança e sustentada por vínculos afetivos que extrapolam o evento ocasional.

Do ponto de vista institucional, não há apoio direto da Secretaria de Educação – setor ao qual a biblioteca em voga está vinculada – ou da Prefeitura para a manutenção do acervo ou realização de atividades. A sustentação do acervo depende majoritariamente de doações e do recurso arrecadado com multas de atraso. Essa ausência de investimento público denuncia uma fragilidade estrutural no reconhecimento da literatura como um direito básico. Como ressalta Mussolini (2017, p. 187), “existe uma grande deficiência no que se refere à leitura no país, e que só será amenizada a partir da formulação e implementação de políticas públicas coerentes”.

Outro dado a ser considerado é a falta de estratégias para envolver as famílias no processo de leitura. A única ação mencionada nesse sentido foi o envio de um bilhete-convite para cadastro após visitas escolares. Contudo, é sabido que o envolvimento dos adultos no hábito de leitura das crianças é fundamental, como afirmam Fedatto (2022) e Baptista, Petrovitch e Amaral (2021), ao defenderem que o livro deve ser vivenciado também como objeto relacional entre adultos e crianças.

Diante desse cenário, embora tais desafios sejam recorrentes em diversas bibliotecas públicas brasileiras, eles se manifestam de maneiras particulares conforme o contexto local, as políticas municipais e a organização interna de cada

instituição. É nesse sentido que a Biblioteca Pública Municipal Dr. João Januário de Magalhães, em Alfenas (MG), se apresenta como um estudo de caso relevante ao oferecer um retrato localizado que, ao mesmo tempo, dialoga com problemáticas nacionais mais amplas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar o papel da Biblioteca Pública Municipal Dr. João Januário de Magalhães, em Alfenas-MG, na promoção da leitura para a primeira infância, com base na compreensão da leitura como direito e como experiência fundadora da linguagem e da cidadania. A pesquisa partiu da premissa de que a presença do livro e da mediação literária nos primeiros seis anos de vida da criança é essencial para o seu desenvolvimento simbólico, afetivo, linguístico, histórico e social.

Os objetivos traçados no início da investigação foram alcançados à medida que se realizou o levantamento detalhado das condições estruturais, do acervo, das práticas de mediação e da dinâmica institucional da biblioteca pública em questão. Por meio da observação individual e da aplicação de um formulário à equipe da instituição, foi possível reunir dados qualitativos que permitiram refletir criticamente sobre os limites e as potencialidades da biblioteca enquanto espaço de formação leitora.

À luz do que defendem Candido (2011), ao afirmar que a literatura constitui um direito humano fundamental, bem como Farias (2022) e Perrotti, Pieruccini e Carnellosso (2016), ao preconizarem a importância de se organizar e promover o acervo pensando nas peculiaridades das crianças e de modo a criar vínculos afetivos com ela e sua comunidade, torna-se necessário evidenciar que os problemas identificados na biblioteca — tais como espaço infantil reduzido, ausência de recursos inclusivos, falta de capacitação dos funcionários e descontinuidade das ações de mediação — não representam apenas limitações operacionais, como configuram barreiras concretas ao exercício desse direito. Em outras palavras, o acesso à literatura não se realiza apenas pela existência do livro, mas também pelas condições

que asseguram sua fruição: um ambiente acolhedor, acessível, organizado, preservado e mediado por profissionais preparados.

Assim, quando a biblioteca apresenta estantes altas demais para crianças pequenas, acervo desorganizado sistematicamente, inexistência de livros acessíveis ou espaço pouco convidativo, essas falhas impactam diretamente na possibilidade de a criança se relacionar com o livro — e, portanto, de exercer seu direito. Do mesmo modo, quando as ações de incentivo à leitura são esporádicas e não há investimento público para manutenção ou ampliação do acervo, a garantia desse direito é fragilizada. Dessa forma, os aspectos observados nesta pesquisa demonstram que as dimensões físicas, organizacionais e mediadoras da biblioteca são indissociáveis da efetivação do direito à literatura.

Entre as limitações da pesquisa, destaca-se o recorte metodológico restrito a um único espaço institucional, o que impede generalizações. Ademais, a observação ocorreu em período determinado e não abrangeu a percepção das famílias usuárias da biblioteca, aspecto que poderia enriquecer a análise sobre o vínculo entre comunidade, infância e literatura.

Dessa forma, reforça-se a urgência de que os órgãos públicos municipais — especialmente nas áreas da educação e da cultura — assumam compromisso efetivo com a biblioteca pública, tanto no que se refere a investimentos estruturais, quanto no que concerne à formulação de políticas permanentes de incentivo à leitura. O fortalecimento dessas instituições é condição essencial para a democratização da literatura e para a constituição de leitores desde os primeiros anos de vida.

REFERÊNCIAS

ÁRIES, P. **História Social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AMORIM, A. C.; ALMEIDA, L. M.; CASTRO, L. N. B. Ação cultural na biblioteca pública. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17462>. Acesso em: 12 ago. 2024.

BAPTISTA, M. C. A leitura, a literatura infantil e os bebês. In: LIMA, E.; FARIAS, F.; LOPES, R.; (org.). **As crianças e os livros: reflexões sobre a leitura na primeira infância**. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura, 2017. p. 62-82.

BAPTISTA, M. C.; PETROVITCH, C.; AMARAL, M. P, L. Livros de literatura para a primeira infância: a questão da qualidade. **Revista Electrónica Leer, Escribir y Descubrir**, v. 1, n. 8, p. 10-23, 2021. Disponível em: <https://digitalcommons.fiu.edu/led/vol1/iss8/2/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília**, DF, 9 mar. 2016.

BRETTAS, A. P. A biblioteca pública: um papel determinado e determinante na sociedade. **Biblos – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 24, n. 2, p. 101–118, jul./dez. 2010.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. **Vários Escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul/ São Paulo: Duas Cidades, 2011. p. 171-193.

CORSINO, P. Infância e literatura: entre conceitos, palavras e imagens. In: SILVA, M. C.; BERTOLETTI, E. N. M. (org.). **Literatura, leitura e educação**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2017. p. 207-230.

DONEGÁ, R.; VICTORIA, M. S.; MESQUITA, N. Livro sensorial “Água” como fonte complementar no processo de Avaliação Psicológica Infantil (API). **Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 25, e024013, 2024.

FARIAS, F.; FERNANDES, C. Apontamentos sobre livros para crianças no Brasil: criação, edição e circulação. In: PINHEIRO, M. P.; TOLENTINO, J. M. A. **Literatura infantil e juvenil: campo, materialidade e produção**. Belo Horizonte: Moinhos; Contafios, 2019. p. 17-30.

FARIAS, F. Bibliotecas para a infância: um projeto de fantasia. In: FEDATTO, C. P.; FARIAS, F.; DAHER, J. (org.). **Primeiras leituras: arte e cultura na primeira infância**. Belo Horizonte: Ed. das Organizadoras, 2022. p. 89-98.

FEDATTO, C. P. Por que o livro para bebês e crianças pequenas? In: FEDATTO, C. P.; FARIAS, F.; DAHER, J. (org.). **Primeiras leituras: arte e cultura na primeira infância**. Belo Horizonte: Ed. das Organizadoras, 2022. p. 71-86.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57–63, 1995. INSTITUTO BRASIL SOLIDÁRIO. Primeira Infância EAD – **Formação continuada: leitura e literatura na primeira infância**. Fascículo 5. 2014.

LIMA, E. Por que ler para crianças tão pequenas - ou o que pode uma criança? In: LIMA, E.; FARIAS, F.; LOPES, R.; (org.). **As crianças e os livros: reflexões sobre a leitura na primeira infância**. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura, 2017. p. 52-62.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia qualitativa e quantitativa. In: MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1982. p. 269-283.

MILANESI, L. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MILANESI, L. Biblioteca pública: do século XIX para o XXI. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 97, p. 59-70, 2013. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i97p59-70. Acesso em: 3 dez. 2025.

MUSSOLINI, R. A importância da mediação de leitura na primeira infância: uma prática em bibliotecas comunitárias. In: LIMA, E.; FARIA, F.; LOPES, R. (org.). **As crianças e os livros: reflexões sobre a leitura na primeira infância**. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura, 2017. p. 186-192.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996.

PAIVA, A. Livros infantis: critérios de seleção – as contribuições do PNBE. In: **Livros infantis: acervos, espaços e mediações: caderno 7**. Brasília: MEC/SEB, 2016. p. 15-50.

PARRA, E. V. Entrevista concedida a Gabriela Romeu. **Instituto Emília**, setembro, 2011. Disponível em: <https://emilia.org.br/evelio-cabrejo-parra/>. Acesso em: 3 out. 2025.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I.; CARNELOSSO, R. M. G. Os espaços do livro nas instituições de educação. In: **Livros infantis: acervos, espaços e mediações: caderno 7**. Brasília: MEC/SEB, 2016.

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA. **Plano Nacional pela Primeira Infância: 2010–2022 | 2020–2030**. Revisado e atualizado em 2020. Brasília: Rede Nacional Primeira Infância, 2020.

SIMÃO, A. K.; ALBRECHT, A. R. M. **A importância da primeira infância no desenvolvimento do ser humano**. 2021. (Trabalho de Conclusão de Curso — Psicopedagogia). Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/handle/1/745>. Acesso em: 16 jul. 2024.

UNESCO; IFLA. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas**. Paris: UNESCO / International Federation of Library Associations and Institutions, 1994.

Disponível em: <https://repository.ifla.org/handle/20.500.14598/189>. Acesso em: 29 nov. 2025.

YOUNG, M. E. (org.). **Do Desenvolvimento da Primeira Infância ao Desenvolvimento Humano**: investindo no futuro de nossas crianças. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Fundação Maria Cecília Solto Vidigal, 2010.